

ARENAS, DISPUTAS E DESAFIOS NOS MÚLTIPLOS ARRANJOS DE GESTÃO DAS ÁGUA

Governança das águas implantados no Semiárido Nordeste,
Santa Catarina

RESUMO GERAL

É indiscutível a importância de todos os ODS na agenda global para que se possa atingir um desenvolvimento sustentável com responsabilidade e compromisso com o meio ambiente e com as futuras gerações. No entanto, diante de todos os problemas enfrentados pela humanidade e de todas as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, enfatiza-se aqui a questão do ODS 6, que trata da água potável e saneamento. A questão do acesso à água, no contexto da crise hídrica mundial, demonstra maior atenção por parte dos líderes mundiais quanto aos problemas relacionados à água e sua disponibilidade na agenda política global, mas que só agora ganha destaque. Não obstante, a Agenda 2030 assinala o aumento das desigualdades, o esgotamento dos recursos naturais, a degradação ambiental e a mudança climática como alguns dos maiores obstáculos dos nossos tempos e reconhece que o desenvolvimento social e a prosperidade econômica dependem da gestão sustentável dos recursos hídricos e dos ecossistemas, e também evidencia a natureza integrada dos ODS (ONU, 2018). Nesse contexto, um dos problemas mais graves que tem afetado a população brasileira, nas últimas décadas, é o modelo de reprodução desigual de acesso à água potável de qualidade. O cenário se configura como uma das principais tensões e geradora de conflitos sociais. O locus social urbano é a arena mais conflitante pela falta de infraestrutura de acesso à água, o que tem resultado em situações de riscos e vulnerabilidade das populações mais carentes, historicamente marcadas por desigualdades sociais, econômicas além de espaciais. Em relação a premissa elucidada, um obstáculo importante é a dificuldade de reconhecimento por parte da população da necessidade premente de se criar novos mecanismos, canais de diálogo e garantia do direito de acesso à água. O enfrentamento dessa situação se depara com a necessidade de construção de processos democráticos e éticos, de representação social que fossem capazes de ampliar a organização do cidadão, assim como a articulação de saberes e experiências.

O presente projeto de pesquisa parte da compreensão de que a crise da água é principalmente uma crise de governança. Embora o significado de “governança” seja bem conhecido e faça parte dos amplos debates que se realizam em todo o mundo sobre esse assunto, na prática, a compreensão prevaiente da governança como instrumento ou como um sistema idealizado de responsabilidades compartilhadas continua a permear decisões e práticas de políticas públicas, incluindo aquelas envolvendo gerenciamento de água. Na perspectiva deste projeto, um dos problemas mais importantes é que a literatura sobre a política da água (ou de águas) atual tende a apresentar uma compreensão despolitizada da governança, embora esta seja, essencialmente, um processo político. O principal mecanismo desta despolitização é a exclusão, do debate, dos fins e valores, reduzindo-o a um processo ou estratégia de

política meramente instrumental, técnico, supostamente neutro. A governança, em nossa compreensão, inclui atividades como os esforços para influenciar a construção social de crenças compartilhadas sobre a realidade; a criação de identidades e instituições; a alocação e regulação de direitos e obrigações entre as partes interessadas; e a distribuição de meios econômicos e serviços de assistência social. Nesta perspectiva, os estudos vinculados à esse projeto suscitaram compreender e identificar como o processo político envolvendo o exercício do poder político por atores políticos procuram definir os fins e valores que devem produzir o desenvolvimento social. A pesquisa em foco parte da compreensão de que a crise da água é principalmente uma crise de governança. tem como objetivo geral analisar os mecanismos de gestão das águas adotados em dois diferentes contextos sociopolíticos, econômicos e ambientais no Brasil, de modo a revelar como disputas e desafios são considerados nas arenas decisórias e engendram diferentes arranjos institucionais para a governança de recursos hídricos. O estudo faz parte do projeto intitulado: arenas, disputas e desafios nos múltiplos arranjos de gestão das águas (chamada mctic/cnpq nº 28/2018 - universal, processo 424330/2018-0). Busca, de um lado, comparar modelos de governança das águas implantados no semiárido nordestino (paraíba) e em blumenau (santa catarina) como respostas aos desafios da integração de bacias (canais da transposição do rio são francisco) e da constituição de formas democráticas de participação que ajudem a superar as situações de injustiça ambiental na construção da efetivação da cidadania hídrica no país; e, de outro, mapear conflitos engendrados no processo de governança das águas e identificar como e até que ponto demandas e interesses de grupos sociais com baixa capacidade de representação nos fóruns políticos e institucionais têm sido considerados pelas instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos nos dois estados, como contribuição à consolidação de uma ecologia política do acesso à água no Brasil.

O contexto metodológico desta pesquisa envolve quatro movimentos, não como fases ou etapas estanques de um determinado processo, mas ações dinâmicas que, embora se organizem com uma previsão de início, não carregam, necessariamente, uma lógica parcelada e delimitada (no tempo e no espaço) de continuação. tem-se, portanto: um movimento de aproximação ao objeto tema tendo em vista uma compreensão contextualizada deste em duas frentes complementares: uma detalhada revisão do estado da arte (literatura nacional/internacional, experiências nacionais/internacionais) e expedições exploratórias aos territórios em questão (semiárido e sul) para contato com os diferentes tipos de atores que ali vivem, lutam, conflitam interesses, almejam justiça e segurança hídrica. dentre os recursos utilizados estão as rodas de conversa, escutatórias, entrevistas abertas ou semiestruturadas, inquéritos de saberes e conhecimento, além de outras abordagens de natureza qualitativa, valorizando, em todo processo, a crítica, o debate, a construção dialógica que enfatiza, em seus procedimentos, os enfoques qualitativos e que se ampara na leitura crítica de conceitos como governança, participação social e cidadania. Um segundo movimento diz respeito ao mapeamento crítico dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos no Brasil, sua trajetória, aplicação, resultados obtidos, limitações, debates dentro e fora da academia, proposições no contexto da governança democrática, leituras de cidadania, ideário de desenvolvimento e territórios envolvidos a partir de dois recursos estratégicos: (1) pesquisa

documental em bases físicas e repositórios digitais (disponíveis, inclusive, nas próprias instituições associadas e parceiras); (2) busca na rede (Internet) a partir de descritores chaves (legislação da água, governança de recursos hídricos, legislação e bacias hidrográficas). O terceiro movimento diz respeito a articulação, sistematização e análise dos dados e informações obtidos, no curso das investigações, para a construção de um diagnóstico, que permite uma visão de conjunto do objeto tema, e a projeção de tendências e demandas no cotejamento com objetivos e metas. O quarto movimento, por sua vez, considerando as ações realizadas, tem caráter propositivo e destina-se a construção de um modelo de governança de recursos hídricos integrado (a água transcende o viés setorializado das gestões tradicionais), democrático (não pode acontecer sem a participação dos atores que lutam e disputam a produção e reprodução de suas vidas nos territórios em questão) e sustentável (não apenas no sentido do compromisso geracional, mas no sentido de uma repactuação da relação homem/natureza para a promoção do bem viver). A análise dos mecanismos de gestão das águas adotados em diferentes contextos sociopolíticos, econômicos e ambientais, a comparação de modelos de governança, os conflitos engendrados nesse processo e a proposição de formas alternativas de governança são resultados esperados do projeto.

TÍTULO DA PALESTRA 1: O DIREITO DAS ÁGUAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: estudo de caso do Blumenau (SC)

O acesso à água é um direito humano fundamental e está contemplado em nossa Constituição Federal no artigo 1º, inciso III, como princípio da dignidade da pessoa humana. A implementação desse direito encontra-se dificultada em razão do contexto fático global da crise da água. O estudo da legislação visa fornecer ao Estado o meio para o adequado gerenciamento da água como forma de estabilizar ou reduzir a crise e promover justiça social. Os recursos hídricos ingressam no patrimônio estatal na categoria dos bens de uso comum do povo e sua gestão deve ocorrer de forma descentralizada e participativa. O estudo objetiva além de fazer uma análise descritiva-explicativa da situação acima contextualizada no caso de Blumenau, pretende propor caminhos que possibilitem a aplicação da lei na promoção da justiça socioambiental e do desenvolvimento regional em áreas de risco em Blumenau – SC. A metodologia bibliométrica e a pesquisa documental são aplicadas a fim de formar uma base teórica sólida para explorar o problema proposto. Aplicou-se também, a pesquisa etnográfica, identificando as necessidades e aspirações da população atendida em alguns recortes geográficos selecionados, de Blumenau, SC. Por fim, utilizou-se a metodologia hermenêutico-sistêmica para confrontar as normas legais e promover sua interpretação e aplicação na gestão dos recursos hídricos, em Blumenau – SC.

TÍTULO DA PALESTRA 2: AVALIAÇÃO DE RESILIÊNCIA SOCIOECOLÓGICA APLICADA AO CASO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ-MIRIM (SC)

O objetivo desta pesquisa é explorar aspectos de como avaliar a resiliência dos sistemas socioecológicos em um estudo de caso demonstrativo, por meio da elaboração de um modelo de avaliação de resiliência. A testagem desse modelo ocorrerá na Sub-bacia hidrográfica do Rio Itajaí Mirim (SC) - SBHRIM (Botuverá, Brusque, Guabiruba, Itajaí, Presidente Nereu e Vidal Ramos) considerando o caso dos escorregamentos de massa, inundações e enxurradas (excesso de água pluvial). Com base em um argumento socioambiental é relevante compreender que a questão no SBHRIM apresenta um indicador significativo de vulnerabilidade resultante da falta de governança da água. A metodologia da pesquisa se caracteriza por um diagnóstico descritivo explicativo de caráter exploratório e avaliativo. A metodologia desta pesquisa foi dividida em três etapas: i) exploratório, descritivo e explicativo que descreve a evolução histórica, o sistema socioecológico, por meio de uma análise dos fatores físico/naturais e sociais, utilizando a metodologia de descrição de Walker e Salt (2006; 2012); ii) identificar os cenários de risco, abrangendo suas fragilidades e deficiências e; iii) avaliativo: um Índice de Resiliência Socioecológica (IRSE) para os municípios da SBHRIM.

TÍTULO DA PALESTRA 3: CENÁRIOS DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELO ACESSO DEMOCRÁTICO À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB

Objetiva-se analisar os cenários de constituição de conflitos socioambientais tendo em vista o acesso, qualidade e distribuição equitativa da água à população como direito democrático redesenhando o sujeito de direitos como um sujeito-cidadão no município de Areia - PB. Parte-se do pressuposto de que o alcance do problema emblemático da escassez de água apresenta riscos sociais e ambientais. O enquadramento metodológico do é de caráter exploratório - descritiva, com abordagem analítica qualitativa. Os instrumentos de coleta dos dados utilizados foram entrevista semiestruturada e a observação não participante. Como consideração final evidenciou-se que diante da vivência da escassez de água na área em estudo, há uma ineficiência de ações e políticas essenciais para garantir o acesso equitativo e de qualidade à água, prejudicando tanto os moradores do entorno da barragem como todos os cidadãos do município. Portanto, os conflitos estão associados ao acesso a má distribuição, diante das relações de poder desiguais que dificultam o atendimento à população economicamente mais vulnerável, o que demanda uma gestão participativa dos usuários. A pesquisa traz uma contribuição significativa para a reflexão acerca da universalização do acesso a água com equidade e qualidade, para assim construir um percurso rumo ao desenvolvimento sustentável.

TÍTULO DA PALESTRA 4: CENÁRIOS SOCIOAMBIENTAIS DE ACESSO A ÁGUA NO SEMIARIDO PARAIBANO: DISTRIBUIÇÃO E APROPRIAÇÃO

A região semiárida do Nordeste brasileiro em decorrência de fatores climáticos, forma de ocupação e intervenção do Estado, convive com um cenário balizado pela desigualdade socioambiental e limitações de acesso à água. Desse modo, o objetivo geral do estudo é construir cenários prospectivos de acesso à água, sob a ótica da gestão, distribuição e apropriação equitativa no município de Cubati –PB. A metodologia da pesquisa caracteriza-se por exploratória e descritiva com abordagem analítica de dados quali-quantitativos. A coleta de dados qualitativos foi realizada pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com moradores da zona rural e urbana do município em estudo. Para obtenção dos dados quantitativos foi utilizado questionários para aplicação da metodologia de construção de cenários, adaptada de Grumbach (2000), submetendo a três fases do processo de construção: escolha dos eventos definitivos, preenchimento da matriz de impactos cruzados e escolha das variáveis que ocorrem em cada um dos cenários: mais provável, de tendência e ideal. Conclui-se, que a democratização do acesso à água na região semiárida deve passar por um processo de planejamento e gestão hídrica, participação de diversos atores sociais para garantir o acesso à água de forma equitativa e sustentável a toda população.